CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição: 39 • Sábado, 15 de Agosto de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

FOTO RAFAEL VIEIRA/DP



OLINDA DEIXA PATRIMÔNIO HISTÓRICO RUIR ENQUANTO ALERTAS SE ACUMULAM E MPF ABRE INVESTIGAÇÃO PÁG. 3

ARTIGO



ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

***Fliporto 2026** une literatura, arte e tecnologia em edição dedicada às raízes e ao futuro* PÁG. 4



TSE impõe restrições severas à inteligência artificial em campanhas e veda novos conteúdos nas vésperas do pleito PÁG. 3

FOTO DIVULGAÇÃO



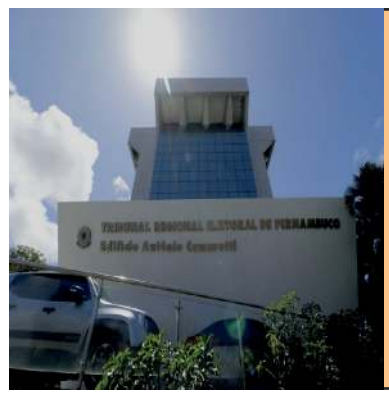
Eleições 2026: o cenário político de Pernambuco sob análise PÁG. 5

PM apreende 61 kg de maconha e 36 câmeras clandestinas em comunidade PÁG. 4

Sindicato aponta defasagem em cálculo da Prefeitura do Recife e aciona Justiça por R$ 26 milhões do Fundef PÁG. 2



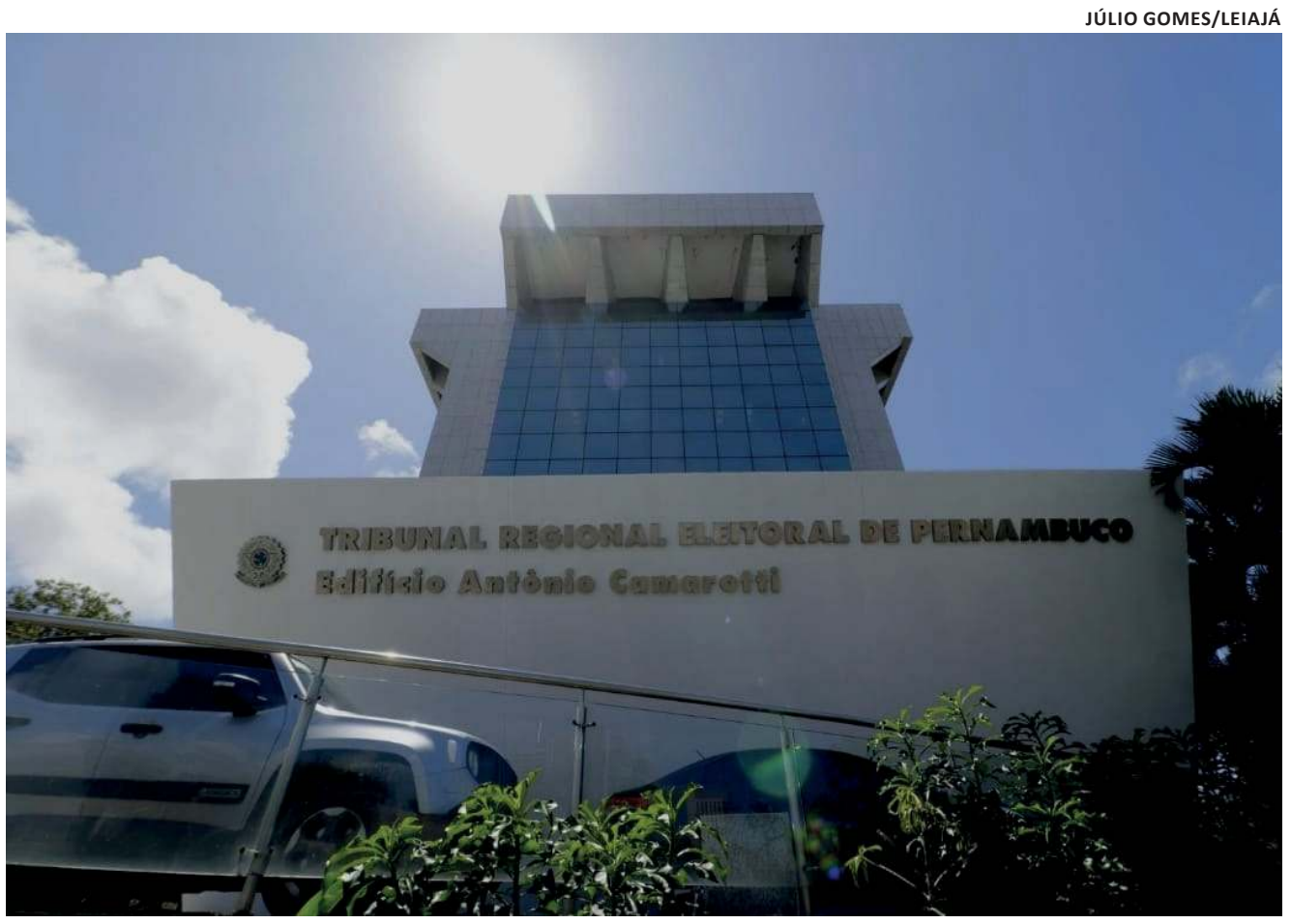
TCE-PE entrega à Justiça Eleitoral lista com 133 prefeitos e mais de 1,7 mil gestores com contas irregulares PÁG. 2



TRE-PE manda remover postagem com imagem montada de Raquel Lyra e Flávio Bolsonaro PÁG. 2

TRE-PE manda remover postagem com imagem montada de Raquel Lyra e Flávio Bolsonaro

JÚLIO GOMES/LEIAJÁ



O Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) determinou a remoção imediata de uma publicação em redes sociais que exibia uma imagem gerada por inteligência artificial associando a governadora Raquel Lyra ao senador Flávio Bolsonaro (PL). A postagem foi veiculada pela página batizada de Juventude 40 e continha a legenda em Pernambuco, o bolsonarismo é roxo.

A decisão atende a um pedido formulado pela defesa da governadora. A representação apontou que a montagem foi veiculada sem nenhum tipo de aviso ou sinalização de que o conteúdo havia sido criado por ferramentas tecnológicas sintéticas, descumprindo as resoluções vigentes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para as eleições deste ano. A regra eleitoral estabelece a obrigatoriedade de alerta explícito em qualquer peça publicitária ou propaganda que utilize recursos de inteligência artificial. Procurada após o despacho da Justiça Eleitoral, a coordenação de campanha do prefeito do Recife, João Campos (PSB), negou qualquer vínculo ou associação com a conta responsável pela veiculação do material. O perfil utilizado para a divulgação traz referências numéricas associadas ao partido do pessebesta, mas a assessoria da coligação reforçou não ter controle sobre páginas terceiras não oficiais.

A determinação fixou um prazo para que as plataformas digitais efetuem a desativação da publicação sob pena de multa diária. A representação protocolada pela equipe jurídica da governadora alegou que a circulação do conteúdo manipulado busca induzir o eleitorado ao erro, inserindo a imagem de Raquel Lyra ao lado de quadros políticos com os quais ela não possui aliança formal no estado.

Sindicato aponta defasagem em cálculo da Prefeitura do Recife e aciona Justiça por R$ 26 milhões do Fundef



O Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal do Recife (Simpere) recorreu à Justiça para garantir o pagamento de até R$ 26 milhões em honorários advocatícios, utilizando como argumento central uma falha de arrecadação da Prefeitura do Recife na cobrança original dos precatórios do Fundef. A disputa judicial envolve a primeira parcela dos recursos repassados pela União ao município. A base da cobrança sindical expõe uma disparidade expressiva nos cálculos da administração municipal e um erro que custaria centenas de milhões aos cofres públicos. De acordo com o Simpere, a gestão municipal havia solicitado inicialmente apenas R$ 377 milhões ao governo federal. O montante final saltou para R$ 900 milhões somente após a intervenção jurídica do sindicato no processo. O dado evidencia que a prefeitura deixaria de arrecadar mais de R$ 500 milhões caso o acordo formulado originalmente pelo município fosse mantido. A quantia milionária exigida pela entidade sindical a título de honorários é destinada ao escritório de advocacia comandado por Jesualdo Campos, marido da deputada estadual Dani Portela (PSOL). O repasse direto desse percentual, descontado da verba que deveria ir para os professores, havia sido suspenso temporariamente após órgãos de controle questionarem a legalidade da retenção. A suspensão motivou a atual ofensiva judicial do sindicato. O cenário de divergências sobre os valores e a atuação ineficiente da prefeitura na cobrança inicial colocaram o caso sob escrutínio rigoroso. O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) e o Ministério Público de Contas (MPC-PE) monitoram a execução financeira. As instituições de fiscalização cobram transparência nos repasses e buscam garantir que a fatia constitucional obrigatória chegue de forma integral aos docentes, avaliando a viabilidade de pagamentos milionários a escritórios privados em meio a verbas públicas destinadas à educação.

TCE-PE entrega à Justiça Eleitoral lista com 133 prefeitos e mais de 1,7 mil gestores com contas irregulares

DIVULGAÇÃO



O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) entregou formalmente ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE) a lista de gestores públicos com contas rejeitadas ou julgadas irregulares nos últimos oito anos. O documento contempla 133 prefeitos e ex-prefeitos de 102 municípios pernambucanos, além de 1.728 gestores vinculados a 534 órgãos públicos do estado, como secretarias, autarquias e empresas públicas.

A entrega oficial da relação ocorreu durante sessão do Pleno do órgão de controle e foi conduzida pelo presidente do TCE-PE, conselheiro Carlos Neves, ao presidente do TRE-PE, desembargador Fernando Cerqueira. O levantamento consolidado teve como base a análise de 1.376 processos que resultaram em decisões definitivas e irrecorríveis na esfera administrativa no período compreendido entre outubro de 2018 e o pleito eleitoral deste ano. O envio da documentação cumpre uma determinação prevista na legislação eleitoral federal e serve de subsídio técnico para a avaliação dos pedidos de registro de candidatura pelas autoridades judiciais. O compilado de informações também atua como base de consulta para ações de impugnação formuladas pelo Ministério Público Eleitoral, por partidos políticos, coligações ou candidatos adversários durante o período da campanha. A presença do nome de um administrador na listagem elaborada pelo Tribunal de Contas não acarreta a inelegibilidade automática do cidadão para a disputa eleitoral. Caberá exclusivamente aos juízes e desembargadores do TRE-PE analisar caso a caso, enquadrando as irregularidades apuradas nas diretrizes fixadas pela Lei da Ficha Limpa para deferir ou indeferir os registros de candidatura apresentados para a disputa de outubro.

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

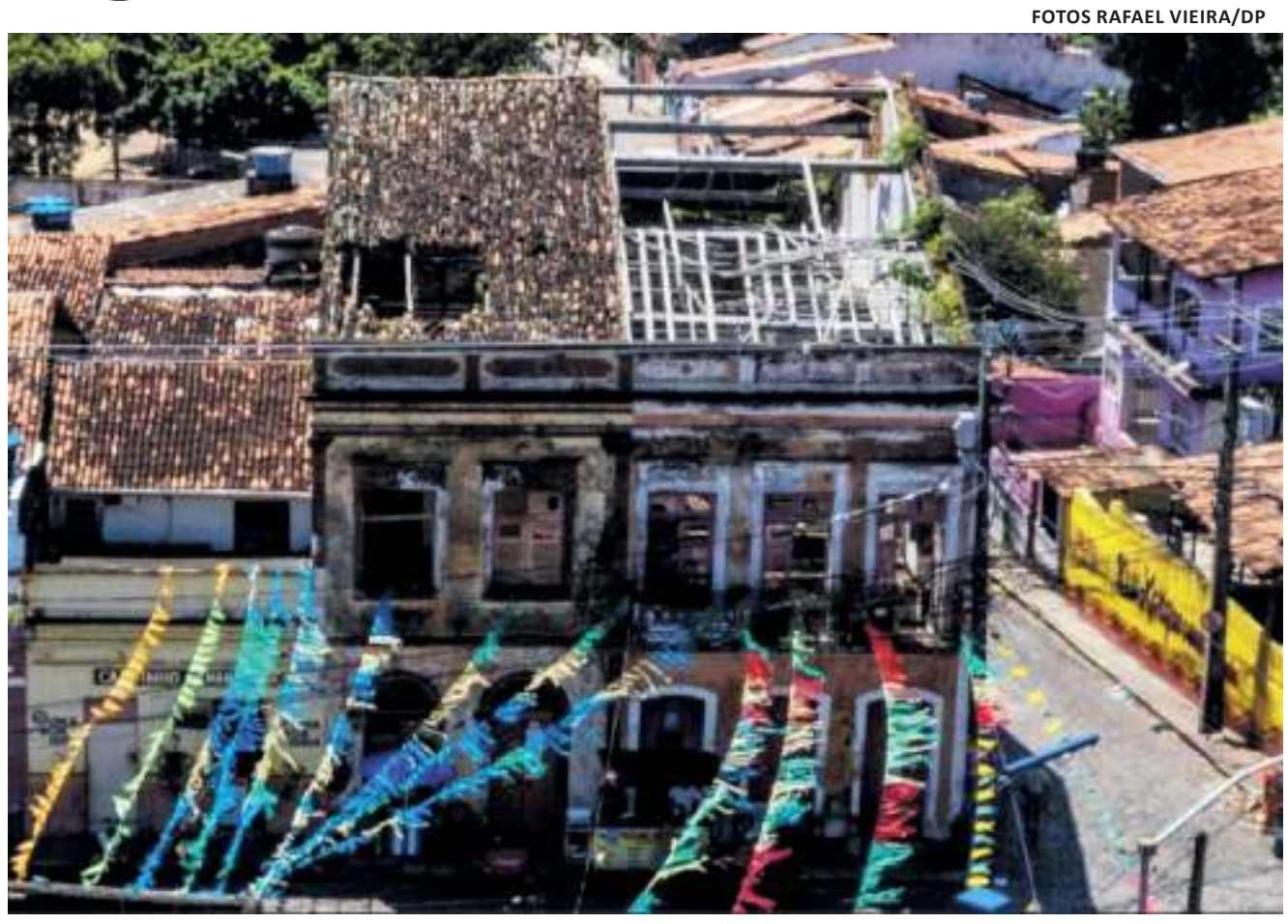
CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

Olinda deixa patrimônio histórico ruir enquanto alertas se acumulam e MPF abre investigação

FOTOS RAFAEL VIEIRA/DP



O abandono de dois sobrados históricos no Sítio Histórico de Olinda expõe uma contradição difícil de esconder: uma cidade reconhecida mundialmente por seu patrimônio cultural continua assistindo à deterioração de imóveis que deveriam estar entre os símbolos mais protegidos do município. Agora, o Ministério Público Federal (MPF) instaurou inquérito civil para investigar a situação dos casarões localizados no Largo do Amparo, mas o mais grave é que o problema não é novo. O Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE) já havia alertado, há dois anos, para o risco de desabamento.

Os imóveis de números 290 e 296 da Rua de São João, na esquina com a Estrada do Bonsucesso, chegaram a uma situação que ultrapassa a simples deterioração estética. Segundo vistoria realizada pelo MPF entre 30 de junho e 1º de julho deste ano, o sobrado de número 290 perdeu completamente o telhado, enquanto parte do telhado do imóvel vizinho também desabou. Os dois estão desocupados e tomados pela vegetação.

Imagens feitas por drone pela reportagem do Diario de Pernambuco mostram janelas quebradas e penduradas, rachaduras e vegetação crescendo dentro de um dos casarões. Em um dos imóveis, uma árvore chega a sair por uma das janelas. O cenário é incompatível com a imagem de uma cidade que tem no patrimônio histórico uma de suas principais marcas e também uma importante fonte de atividade turística.

O mais preocupante, entretanto, não está apenas nas imagens atuais. Está no tempo que passou.

Em agosto de 2023, o TCE-PE já havia realizado uma auditoria e constatado que os sobrados estavam abandonados e apresentavam elevado risco de desabamento, especialmente nas fachadas posteriores. O Tribunal alertou para a possibilidade de perda de imóveis históricos integrantes da Nucleação Histórica de Olinda, reconhecida como Patrimônio da Humanidade.

Na ocasião, o TCE-PE determinou, por meio de medida cautelar, que o então prefeito Professor Lupércio adotasse providências urgentes para garantir a restauração e a utilização dos imóveis. Também apontou que a legislação urbanística municipal prevê instrumentos que poderiam ser utilizados para assegurar a função social de propriedades abandonadas.

Passaram-se aproximadamente três anos desde a vistoria do Tribunal. O alerta permaneceu. A solução, aparentemente, não.

É justamente essa sequência que torna a abertura do inquérito pelo MPF particularmente relevante. Não se trata de uma descoberta recente de um problema estrutural. Trata-se de uma situação que foi identificada, documentada e comunicada às autoridades, mas que continua colocando em risco o patrimônio e a segurança de quem circula pela região.

Moradores relatam que evitam passar pelas calçadas diante dos casarões. O educador social Claudivan Moraes afirmou que atravessa a rua quando chega ao Largo do Amparo porque tem medo de que o prédio desabe. O aposentado José Paulo dos Santos, morador da região há cerca de 50 anos, contou que alguns vizinhos chegaram a organizar um abaixo-assinado pedindo providências.

A preocupação não é exagerada. Os imóveis estão justamente em uma área de circulação intensa, com passagem de ônibus, caminhões, automóveis e pedestres. A Estrada do Bonsucesso também integra o roteiro do Homem da Meia-Noite, um dos símbolos mais conhecidos do Carnaval de Olinda.

Há ainda outro aspecto que não pode ser ignorado: o impacto sobre a própria imagem da cidade.

O Largo do Amparo é uma das áreas mais emblemáticas de Olinda. Para quem chega como turista, encontrar casarões históricos abandonados, com estruturas deterioradas, vegetação crescendo no interior e partes da construção ameaçando cair transmite uma mensagem bastante clara sobre a capacidade do poder público de cuidar do patrimônio que transformou a cidade em referência internacional.

Como resumiu o educador ouvido pela reportagem, o turista "toma um susto" ao se deparar com o cenário.

A prefeitura, por sua vez, argumenta que os imóveis são particulares e que obras, reformas e manutenção são responsabilidade dos proprietários. A gestão afirma que exerce a fiscalização e que os donos dos sobrados foram procurados. Segundo a Prefeitura de Olinda, os proprietários apresentaram laudo técnico particular indicando estabilidade das edificações e informaram que existe um projeto de recuperação aprovado e licenciado, com previsão de início das obras nos próximos meses.

A explicação, porém, precisa ser confrontada com o histórico do caso.

Se a Prefeitura tem conhecimento da deterioração há anos, se o TCE-PE já apontou risco de desabamento e se moradores continuam evitando a área por medo de acidentes, a discussão deixa de ser apenas sobre quem é o proprietário do imóvel. Passa a envolver também a efetividade da fiscalização e a capacidade do município de fazer valer os instrumentos previstos em sua própria legislação.

Patrimônio privado localizado em área tombada não significa patrimônio sem interesse público. Em Olinda, a preservação do conjunto histórico é uma responsabilidade que envolve proprietários, município, Estado e União, especialmente porque o Sítio Histórico possui proteção federal.

O próprio TCE-PE já havia destacado que a deterioração poderia representar não apenas a perda física dos imóveis, mas também a perda de referências culturais importantes para a cidade.

O problema é que patrimônio histórico não espera indefinidamente por licenças, projetos ou providências administrativas. Estruturas antigas submetidas à ação do tempo, chuva e falta de manutenção tendem a se deteriorar ainda mais. Quando chega o desabamento, a discussão sobre preservação pode se transformar em uma tentativa de reconstruir aquilo que poderia ter sido protegido.

Olinda não pode aceitar que o patrimônio seja preservado apenas em fotografias, cartões-postais e discursos oficiais.

A abertura do inquérito pelo MPF pode representar uma oportunidade para romper esse ciclo de alertas, relatórios e providências que não saem do papel. O ponto central agora é saber por que, depois de um alerta formal do TCE-PE e de anos de deterioração, os casarões ainda chegaram a esse estado.

A resposta não interessa apenas aos proprietários. Interessa aos moradores, aos turistas e à própria cidade.

Porque, quando um imóvel histórico ameaça ruir no coração de Olinda, não está em jogo somente uma parede antiga. Está em risco uma parte da memória urbana de Pernambuco. E, nesse caso, a omissão também passa a fazer parte da história que será contada sobre o abandono do patrimônio de Olinda.

IPHAN aprova restauro, mas casarões de Olinda seguem à espera de uma solução

A informação de que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) aprovou propostas de restauração para os dois sobrados históricos localizados no Largo do Amparo, em Olinda, poderia representar uma boa notícia. Mas, diante do histórico de abandono dos imóveis, ela também expõe uma pergunta incômoda: quanto tempo ainda será necessário esperar para que aquilo que foi aprovado saia do papel?

O Iphan informou que autorizou as propostas de restauro dos sobrados de números 290 e 296 da Rua de São João, imóveis que integram o conjunto arquitetônico e urbanístico protegido de Olinda. O órgão também afirmou que acompanha a execução das intervenções aprovadas.

A autorização chega justamente quando o Ministério Público Federal (MPF) abriu investigação para apurar a situação de precariedade das construções. Como mostrado na reportagem anterior, uma vistoria realizada pelo MPF entre o fim de junho e o início de julho encontrou imóveis desocupados, com telhados destruídos, vegetação tomando conta das estruturas e sinais de deterioração.

O problema, portanto, não é a falta de conhecimento sobre a situação. As autoridades sabem há anos que os casarões estão se deteriorando.

Aprovação não pode virar mais um capítulo da espera

O ponto central agora é transformar a aprovação dos projetos em obra efetivamente executada.

O caso já passou por alertas de órgãos de controle, denúncias de moradores, vistoria do Ministério Público e, agora, pela manifestação do Iphan. O que não pode acontecer é a preservação do patrimônio ficar presa em uma sequência interminável de laudos, projetos, autorizações e reuniões enquanto a estrutura física continua sofrendo com a ação do tempo.

Em 2023, o Tribunal de Contas de Pernambuco (TCE-PE) já havia identificado elevado risco de desabamento nos imóveis e determinado providências para garantir a conservação das edificações. Anos depois, o MPF voltou ao local e encontrou um cenário de degradação.

A pergunta é inevitável: se os projetos agora estão aprovados, qual é o próximo obstáculo?

A resposta precisa ser objetiva. Olinda não pode continuar produzindo diagnósticos sobre a deterioração de seu patrimônio enquanto os casarões deterioram diante dos olhos de moradores e turistas.

RESPONSABILIDADE NÃO TERMINA NA APROVAÇÃO

A manifestação do Iphan é importante porque deixa mais claro o papel do órgão federal na preservação do conjunto histórico. Mas a aprovação de um projeto não encerra a responsabilidade das instituições envolvidas.

É preciso acompanhar a execução, cobrar prazos, fiscalizar a qualidade das intervenções e impedir que os imóveis continuem expostos ao risco.

O próprio Iphan informou que acompanha a execução das intervenções aprovadas nos dois sobrados.

Isso significa que a sociedade agora tem uma referência objetiva para cobrar resultados. Não basta saber que existe um projeto de restauração. É necessário saber quando as obras começam, qual será o cronograma, quem executará os serviços e quando os imóveis estarão efetivamente recuperados.

OLINDA NÃO PODE VIVER APENAS DA FAMA DO PATRIMÔNIO

O problema dos sobrados do Largo do Amparo representa algo maior. Olinda construiu parte de sua identidade e de sua economia sobre o patrimônio histórico. O título de Patrimônio Mundial da Humanidade é motivo de orgulho, mas também impõe responsabilidade.

Não é coerente celebrar a cidade histórica durante períodos de grande fluxo turístico e, ao mesmo tempo, permitir que imóveis centenários cheguem a situações em que moradores tenham medo de passar pelas calçadas.

O patrimônio não é apenas uma atração turística. É parte da memória urbana e da identidade de quem vive em Olinda.

E existe uma contradição evidente: enquanto projetos de restauro são aprovados, o tempo continua trabalhando contra os imóveis.

MPF TERÁ PAPEL IMPORTANTE NO ACOMPANHAMENTO

A investigação aberta pelo MPF pode ajudar a evitar que a aprovação dos projetos seja tratada como ponto final. Ao contrário, pode representar o início de uma etapa de cobrança mais efetiva.

O Ministério Público poderá acompanhar as providências adotadas pelos responsáveis e verificar se as medidas necessárias para preservar os imóveis estão realmente sendo executadas.

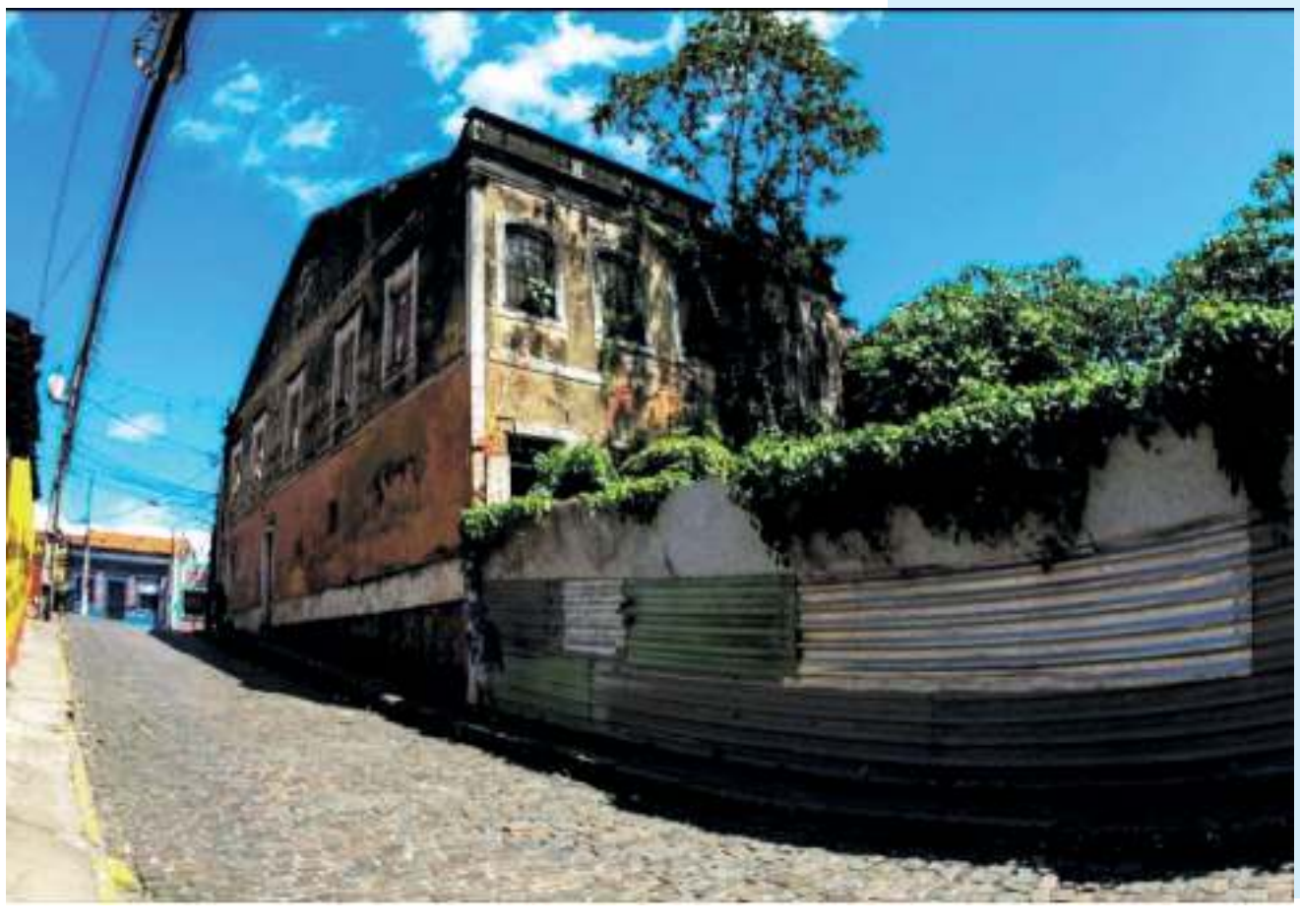
Depois de tantos alertas, o que menos se espera é outro documento apontando a necessidade de preservação.

O QUE OLINDA PRECISA AGORA É DE OBRA.

A aprovação pelo Iphan retira parte do argumento de que ainda seria necessário esperar pela autorização do órgão de preservação. A partir daqui, a cobrança passa a ser ainda mais simples: se os projetos estão aprovados e os imóveis continuam em situação precária, é preciso explicar quando a restauração começará e por que ainda não começou.

Porque cada mês de espera representa mais exposição de estruturas antigas à chuva, à umidade e à deterioração. E patrimônio histórico, quando finalmente desaba, não pode ser reconstruído simplesmente com um novo projeto.

Olinda já perdeu tempo demais. O que está em jogo agora não é mais decidir se os sobrados precisam ser restaurados. Isso já está claro. A questão é impedir que a burocracia seja mais rápida para produzir autorizações do que para produzir preservação.





ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

FLIPORTO 2026 UNE LITERATURA, ARTE E TECNOLOGIA EM EDIÇÃO DEDICADA ÀS RAÍZES E AO FUTURO

A Fliporto Brasil chega à sua 21ª edição em 2026 com uma proposta que aproxima literatura, memória, artes visuais, cultura popular e tecnologia. Com o tema "Raízes em papel, sonhos em bytes", o festival será realizado entre os dias 12 e 15 de novembro, simultaneamente à terceira edição da Fliporto Arte.

A programação literária ocupará dois espaços históricos e culturais do Recife: o Gabinete Português de Leitura e o Instituto Cervantes. Também terá um espaço no Porto do Recife. A escolha amplia a presença da Fliporto no Centro do Recife e reforça a identidade do festival com o universo ibérico e latino-americano.

Já a Fliporto Arte será realizada no Espaço Janete Costa, no Parque Dona Lindu, integrando literatura, artes visuais, memória e produção contemporânea.

A edição de 2026 também acontecerá no mesmo período da REC'n'Play, promovida pelo Porto Digital, que terá atividades no Centro do Recife e no Parque Dona Lindu entre os dias 11 e 14 de novembro. Apesar de serem eventos distintos, a proximidade de datas e espaços cria um ambiente de convergência entre cultura, literatura, inovação e tecnologia. Haverá um espaço em comum, mesas literárias, Fliporto/Porto Digital.

PAPEL E TECNOLOGIA

O conceito central da Fliporto 2026 parte da ideia de que literatura e tecnologia não precisam ocupar espaços opostos. O livro físico aparece como símbolo da permanência, da memória e das raízes, enquanto o universo digital representa novas possibilidades de circulação de histórias, ideias e conhecimentos.

A proposta é integrar essas duas dimensões e discutir como as novas tecnologias podem ampliar o acesso à cultura e criar outras formas de leitura, encontro e expressão.

O poeta Marcus Accioly, considerado uma das vozes de destaque da literatura brasileira e pernambucana, será o homenageado desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Entre os principais eixos da Fliporto Brasil 2026 estão as mesas literárias no Gabinete Português de Leitura, com 15 encontros entre os dias 12 e 15 de novembro. O primeiro dia será dedicado à abertura oficial.

O Instituto Cervantes receberá rodas de leitura nos dias 12, 13 e 14 de novembro. A programação também contará com a Fliporto Cordel, dedicada à valorização da literatura de cordel e da cultura popular, além de um espaço do Instituto Dom Hélder Câmara, instituição parceira do festival.

Ricardo Fernandes/Folha de Pernambuco



A A programação inclui ainda a Fliporto Arte, no Espaço Janete Costa, uma livraria de apoio com obras dos autores participantes e títulos relacionados ao festival e o Café Savoy – Fliporto, pensado como espaço de convivência e encontro entre escritores, leitores e convidados.

Outro destaque será a exposição "Recife, cidade dos Baobás", que reunirá fotografias em uma mostra física acompanhada de um itinerário pela cidade.

Com sua identidade ibérica e latino-americana, a Fliporto Brasil pretende colocar em diálogo a literatura da América Latina e dos povos originários com as transformações provocadas pela tecnologia.

A edição de 2026 reafirma, assim, a proposta do festival de discutir as raízes culturais e a memória sem perder de vista a inovação e as possibilidades de criação do futuro.

A programação final será apresentada um mês antes do evento pelo curador da Fliporto, Antônio Campos.

PM apreende 61 kg de maconha e 36 câmeras clandestinas em comunidade



A Polícia Militar apreendeu 61 quilos de maconha e 36 câmeras clandestinas durante uma operação realizada em uma comunidade de Pernambuco. Os equipamentos eram utilizados para monitorar a movimentação nas proximidades e, segundo as informações divulgadas, estavam relacionados à atuação do tráfico de drogas.

A ocorrência foi registrada nesta quinta-feira (13) e faz parte das ações de combate ao tráfico e à estrutura de vigilância utilizada por criminosos para acompanhar a chegada de policiais e a circulação de moradores. Além da grande quantidade de entorpecentes, a localização das câmeras chamou a atenção dos policiais. Os equipamentos funcionavam como uma espécie de sistema clandestino de monitoramento, permitindo aos integrantes do grupo criminoso observar pontos estratégicos da comunidade.

A apreensão dos dispositivos representa uma tentativa de desmontar não apenas o armazenamento e a distribuição de drogas, mas também a estrutura utilizada pelo tráfico para dificultar a atuação das forças de segurança.

Segundo a reportagem da Folha de Pernambuco, a ocorrência foi registrada durante uma ação da Polícia Militar na comunidade.

A droga e os equipamentos apreendidos foram encaminhados às autoridades competentes. A ocorrência deverá ser investigada para identificar os responsáveis pelo material e esclarecer a estrutura criminosa por trás do sistema de monitoramento.

A apreensão dos 61 kg de maconha representa uma quantidade significativa de entorpecente retirada de circulação. Já as 36 câmeras clandestinas revelam uma estratégia cada vez mais utilizada por grupos criminosos: instalar equipamentos em locais estratégicos para acompanhar a movimentação das forças policiais e antecipar possíveis operações.

A investigação deve buscar identificar quem instalou e operava os equipamentos, além de verificar se havia uma central de monitoramento responsável por receber as imagens.

A ocorrência reforça o desafio enfrentado pelas forças de segurança no combate ao tráfico, que passou a utilizar estruturas de vigilância próprias para tentar proteger pontos de venda e armazenamento de drogas.

TSE impõe restrições severas à inteligência artificial em campanhas e veda novos conteúdos nas vésperas do pleito



O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) regulamentou os limites para o uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) nas campanhas eleitorais deste ano. O conjunto de diretrizes aprovado pela corte busca coibir o avanço de deepfakes e garantir a transparência do processo político, estabelecendo regras rígidas de identificação visual e sonora para conteúdos modificados ou criados por tecnologias sintéticas. Pelas novas normas, que alteram a resolução de propaganda eleitoral, qualquer inserção publicitária que utilize inteligência artificial deve exibir, de maneira explícita, destacada e acessível, uma rotulagem informando o eleitor sobre o uso da ferramenta. A exigência estende-se a peças veiculadas em formato de texto, áudio, imagem ou vídeo, servindo como um alerta para evitar que eleitores sejam induzidos ao erro por materiais manipulados de forma hiper-realista. A grande novidade na legislação para este pleito é o estabelecimento de um período de veto total para novidades tecnológicas nas urnas. Fica terminantemente proibida a publicação, a republicação ou o impulsionamento pago de novos conteúdos sintéticos produzidos por inteligência artificial na janela compreendida entre as 72 horas anteriores à votação e as 24 horas subsequentes ao encerramento do pleito. A restrição abrange o uso de imagens, vozes ou manifestações de candidatos e demais figuras públicas, vigorando mesmo para publicações orgânicas ou autorizadas pelos envolvidos. O presidente do tribunal, ministro Nunes Marques, ressaltou que a inovação tecnológica é permitida como suporte de comunicação das legendas, mas reforçou que os limites legais visam frear investidas que ameacem o equilíbrio democrático. O magistrado destacou que as ferramentas digitais não podem atuar como vetores para impulsionar ataques diretos a opositores ou estruturar canais de desinformação em massa. Em caso de descumprimento das determinações fixadas na Resolução nº 23.755, os materiais irregulares serão alvo de exclusão imediata. A remoção poderá ocorrer por ordem judicial ou por iniciativa direta dos provedores de internet e redes sociais, que passam a responder solidariamente por omissão caso não desativem perfis falsos, automatizados ou reincidentes nas infrações. Candidatos que violarem as regras de proteção contra deepfakes também se sujeitam a sanções severas, incluindo a cassação do registro de candidatura ou do próprio diploma eleitoral. Para acompanhar as discussões institucionais e o detalhamento das novas regras de publicidade digital diretamente da corte, você pode assistir ao pronunciamento oficial na cobertura do julgamento das resoluções no TSE, onde a presidência do tribunal detalha as diretrizes de combate à desinformação para o pleito.

PAINEL CORREIO POLÍTICO: A ANÁLISE DAS PESQUISAS ELEITORAIS E OS BASTIDORES DE 2026

Eleições 2026: o cenário político de Pernambuco sob análise

A partir desta edição, o Correio de Pernambuco passa a acompanhar, em todas as suas edições, os movimentos da corrida eleitoral de 2026 em Pernambuco. A proposta é oferecer ao leitor uma análise permanente do cenário político, acompanhando pesquisas, alianças, movimentações partidárias, desempenho dos candidatos e, principalmente, as tendências que possam ajudar a compreender o comportamento do eleitor pernambucano.

O objetivo não será antecipar resultados nem transformar pesquisa eleitoral em prognóstico. Os números serão apresentados dentro de seus respectivos contextos, considerando metodologia, margem de erro, período de realização dos levantamentos e evolução histórica das intenções de voto. A análise também buscará separar fato de interpretação e evitar que a cobertura eleitoral seja transformada em torcida por qualquer candidatura.

A eleição de 2026 terá características próprias e não deve ser analisada apenas pela lógica da polarização nacional. O eleitor pernambucano tem questões locais, acompanha a administração estadual, avalia prefeitos, observa a situação dos municípios e leva em consideração problemas concretos que fazem parte de sua rotina. Por isso, a tendência é de uma disputa cada vez mais estadualizada, na qual o desempenho dos candidatos em Pernambuco terá peso maior do que tentativas de enquadrar automaticamente o voto em categorias ideológicas nacionais.

Na primeira análise desta série, o ponto de partida são as pesquisas mais recentes para o Governo de Pernambuco e para o Senado.

Na disputa pelo Palácio do Campo das Princesas, os levantamentos mais recentes mostram uma mudança importante em relação ao começo do ano. A pesquisa Genial/Quaest realizada em julho apresentou Raquel Lyra com 43% e João Campos com 37% no cenário estimulado de primeiro turno. No segundo turno, a governadora aparece com 45%, contra 39% de João Campos. Já o Datafolha, realizado entre 28 e 30 de julho, apontou Raquel com 48% e João com 42% no primeiro turno. No segundo turno, foram 49% e 45%, respectivamente.

O dado mais relevante, entretanto, não é simplesmente quem aparece à frente em uma determinada pesquisa, mas a evolução do cenário ao longo dos meses. João Campos começou o ano com vantagem mais expressiva em diferentes levantamentos. Com o passar dos meses, essa distância foi reduzida e Raquel passou a ocupar uma posição mais competitiva. Isso permite falar em mudança de cenário, mas não em eleição definida

Outro indicador fundamental nessa análise é a rejeição. Intenção de voto mostra quem o eleitor escolheria; rejeição mostra quais candidaturas encontram maior resistência. Em uma eleição ainda distante da votação e com parcela significativa do eleitorado suscetível a mudanças, uma rejeição elevada pode funcionar como limite para o crescimento de determinado candidato, enquanto uma rejeição menor pode representar maior espaço para conquistar eleitores.

Por isso, a liderança nas intenções de voto precisa ser analisada em conjunto com a rejeição. Um candidato pode estar numericamente à frente, mas apresentar um nível elevado de resistência entre os eleitores. Da mesma forma, quem aparece atrás pode ter maior potencial de crescimento se conseguir ampliar sua exposição sem aumentar proporcionalmente a rejeição. É essa combinação entre intenção de voto, rejeição e eleitores ainda não totalmente definidos que ajuda a explicar a verdadeira dimensão de uma disputa.

No caso pernambucano, a cautela é ainda mais necessária porque as pesquisas mais recentes apresentam diferenças metodológicas. O Datafolha, por exemplo, registra Raquel numericamente à frente no primeiro turno, mas a diferença está dentro da margem de erro. No segundo turno, também há empate técnico. A Quaest apresenta vantagem maior para a governadora, mas cada levantamento deve ser lido individualmente antes de qualquer comparação direta.

O mapa eleitoral de Pernambuco também ajuda a explicar por que a disputa permanece aberta. João Campos possui uma posição forte no Recife e na Região Metropolitana, enquanto Raquel Lyra apresenta desempenho competitivo no interior. A distribuição territorial dos votos poderá ser decisiva, principalmente porque uma vantagem expressiva em determinada região pode compensar uma desvantagem em outra.

A avaliação da administração estadual também entra nessa equação. O desempenho do governo é um dos principais fatores capazes de influenciar uma candidatura à reeleição. Quanto melhor a avaliação da gestão, maior tende a ser o espaço para que a governadora transforme aprovação administrativa em intenção de voto. Mas aprovação não significa automaticamente voto, assim como rejeição a um governo não necessariamente significa transferência integral desse eleitor para o adversário.

Do outro lado, João Campos chega à disputa com a experiência de dois mandatos à frente da Prefeitura do Recife e uma estrutura política consolidada na capital. Seu desafio eleitoral é ampliar essa força para o restante do Estado e transformar o desempenho na Região Metropolitana em uma votação suficiente para equilibrar ou superar a vantagem que Raquel apresenta em outros segmentos do eleitorado.

A eleição, portanto, não deve ser tratada como uma disputa nacionalizada. A tentativa de explicar o comportamento do eleitor apenas pela divisão entre lulistas e bolsonaristas pode deixar de fora justamente os fatores que serão determinantes em uma eleição estadual. O pernambucano também votará olhando para saúde, segurança, educação, infraestrutura, emprego, obras, serviços públicos e para a avaliação concreta dos governos.

No Senado, o cenário possui uma dinâmica diferente. Pernambuco elegerá dois senadores em 2026, e cada eleitor poderá escolher dois nomes. Por isso, a liderança de um candidato não significa que a segunda vaga esteja definida.

A pesquisa Genial/Quaest divulgada em julho coloca Marília Arraes na primeira posição, com 19% no cenário principal, seguida por Humberto Costa, com 12%. Mendonça Filho aparece com 8%, enquanto Eduardo da Fonte e Miguel Coelho registram 6% cada. O levantamento aponta, portanto, uma disputa mais pulverizada pela segunda vaga.

Aqui, novamente, a rejeição e o nível de conhecimento dos candidatos precisam ser observados juntamente com as intenções de voto. No Senado, a existência de duas vagas amplia a possibilidade de combinações entre candidatos. Um eleitor pode escolher dois nomes de grupos diferentes, e a campanha terá papel importante na formação dessas duplas de voto.

A liderança de Marília Arraes, portanto, não significa que uma das vagas já esteja assegurada. Da mesma forma, a posição dos demais candidatos não pode ser considerada definitiva. A pesquisa mostra uma fotografia de um momento em que ainda existe espaço para movimentações, alianças e crescimento.

Outro dado importante é a quantidade de eleitores que ainda não consolidaram suas escolhas. Isso torna a disputa pelo Senado particularmente aberta e aumenta a importância da campanha, da exposição dos candidatos e das estratégias utilizadas para conquistar o segundo voto.

No Governo e no Senado, portanto, há uma característica comum: os números atuais indicam disputa, mas não permitem antecipar o resultado. No Governo, a principal mudança está na redução da vantagem que João Campos apresentava anteriormente e na consolidação de Raquel Lyra em uma posição competitiva. No Senado, há uma disputa mais pulverizada, com uma liderança inicial de Marília Arraes e uma briga mais aberta pela segunda vaga.

O Correio de Pernambuco seguirá acompanhando esses movimentos em suas próximas edições, sempre colocando lado a lado intenção de voto, rejeição, margem de erro, avaliação das administrações, distribuição regional e evolução histórica dos levantamentos.

A proposta é simples: não transformar pesquisa em torcida e nem liderança momentânea em resultado eleitoral.

Pesquisa é fotografia. Rejeição mostra obstáculos. Tendência mostra movimento. E eleição, até o dia da votação, permanece aberta.

